**A FORMAÇÃO DOCENTE NA PERSPECTIVA**

**DA EDUCAÇÃO DO CAMPO**

Daniela Fátima Bellé Ponsoni

dani.ponsoni@hotmail.com

UNEB - DCH CAMPUS IX BARREIRAS

Nilza da Silva Martins

nlima@uneb.br

GEPEC/CNPQ/UNEB

**Resumo:** O presente trabalho objetiva refletir sobre a formação de professores e sua relevância para a prática docente na educação do campo, o perfil dos docentes, sua atuação, o apoio pedagógico e as políticas para a formação de educadores do campo. Sua gênese ancora-se nos estudos realizados no componente curricular Educação do Campo realizado no Campus IX – Barreiras da Universidade do Estado da Bahia. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e, para tanto, tomam-se por base os estudos realizados por ARROYO, CALDART, MOLINA (2011), PIMENTA (2004) e FREIRE (1998), entre outros. O trabalho evidencia a realidade de muitos professores do meio rural, que possuem formação insuficiente ou inadequada, pouco ou nenhum apoio pedagógico, condições de trabalho precárias, materiais didáticos e projeto pedagógico desvinculados do contexto a que está inserida a escola. Desse modo, a formação de professores é fundamental tanto para criar condições favoráveis à prática docente, como também ser capaz de propor alternativas à sociedade, possibilitando aos alunos perceber a construção de sua identidade sociocultural, desconstruindo a homogeneização e os estereótipos produzidos pela sociedade.

**Palavras – chave**: Educação do Campo; Formação Docente; Movimentos Sociais.

**Introdução**

A estrutura da educação brasileira ainda se apresenta de maneira frágil no que se refere às discussões sobre a diversidade que constitui o país. Todos os anos, novas pesquisas surgem com o intuito de estudar os caminhos da educação, buscando contribuir para a diminuição das desigualdades que caracterizam o sistema de ensino brasileiro. Nesse trabalho, analisamos a formação do professor para a atuação na educação do campo, educação esta que foi incorporada ao projeto de políticas públicas a partir das fortes e históricas lutas dos movimentos sociais das últimas décadas.

Salientamos que a metodologia utilizada neste estudo ancora-se nos debates e reflexões realizados no componente curricular Educação do Campo do Curso de Pedagogia do Campus IX – Barreiras da Universidade do Estado da Bahia. No percurso deste componente tivemos a oportunidade de conhecermos a trajetória histórica da educação do campo e, neste texto específico, abordaremos a importância da formação do professor, os desafios pertinentes a esta temática e a importância das políticas de formação para os educadores do campo.

Para uma melhor compreensão de nossas reflexões, dividimos o texto em três momentos: o primeiro apresenta uma breve discussão histórica sobre a Educação do Campo na legislação educacional brasileira, em seguida trazemos a importância da formação do educador e, no terceiro momento os desafios em face do avanço das políticas neoconservadoras.

**Caminhos de descaminhos da Educação do Campo**

A Educação nos espaços rurais em nosso Brasil esteve sempre ligada aos interesses dos grupos hegemônicos, por isso não se efetivou como um espaço de construção de cidadania. Historicamente relegada pelas politicas públicas e também pelas leis educacionais, a educação era direcionada para atender os interesses da oligarquia rural. (LEITE, 2002)

É imperioso mencionar que a Educação do Campo foi deixada ao esquecimento e surgiu tardiamente pela iniciativa de latifundiários que visavam apenas preparar mão-de-obra especializada para operar as novas máquinas que estavam invadindo a zona rural em virtude da mecanização no campo. Criaram a escola no campo para capacitar o camponês, visando o aumento de seus lucros, advindos com a agroindústria.

Na atual conjuntura educacional percebe-se a preponderância de diversos problemas, dentre eles, a dicotomia urbano-rural, haja vista que o tipo de ensino realizado nas escolas do campo, não trabalha com conteúdos que fortaleçam a identidade e a cultura dos povos do campo, transmitindo conhecimentos urbanos, totalmente desarticulados e sem sentido ou significado para os sujeitos que vivem no campo.

As primeiras Constituições Federais do Brasil (1824 e 1889) não se referiram à educação rural, embora no século XIX nossa população fosse predominante camponesa, o que reforça a concepção de que para o povo pobre, escravizado da época a “caneta era a enxada”. “O poder público também se mostrou ausente, já que a agricultura apresentava-se como um setor em que as relações de trabalho não demandavam maiores qualificações para sua “modernização”. ( NETO, 2009, p.27) . Essa ideia prevaleceu por várias décadas e chegamos ainda no século XXI com a “escola cai não cai”.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96) pautou em alguns artigos a educação do campo, conforme expresso no artigo 26, propondo que:

Os currículos de ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma base diversificada exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. ( BRASIL, 1996)

 Complementando, o artigo 28 especifica os níveis de diferenciação a que deve se submeter uma proposta de educação do campo destacando:

[...] os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias a sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especificamente: I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola às condições climáticas; III – adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996)

Nessa perspectiva percebe-se uma mudança significativa na forma de se pensar esse tipo de educação, pois a Lei determina que ocorram as adaptações necessárias para que o ensino se adeque a realidade do campo, respeitando o período de plantio e colheita, criando-se um currículo que articule as diversas áreas do conhecimento, propostas pedagógicas diferenciadas de modo a facilitar a aprendizagem do educando campesino. Em outros termos todo um arcabouço que faça os sujeitos do campo- homens, mulheres, jovens, crianças - reafirmarem sua identidade cultural.

Para construir a proposta de Educação do campo, é necessário que a escola e seus educadores tenham consciência do tipo de homem e mulher do campo que se pretende “formar”. Pois, numa perspectiva de transformação social, esta deve contribuir para a formação de seres autônomos, militantes sociais, e não de sujeitos dóceis, conformados com estrutura social vigente, oferecendo assim, uma educação efetiva, emancipadora e não compensatória.

Apesar dos avanços e conquistas, é conhecida a distância ainda existente entre a orientação da lei e sua aplicabilidade, sendo necessário observar como as questões de formação docente são vislumbradas na prática e o papel desse profissional na educação do campo. Há um sentido de urgência em tornar a educação do campo, cada vez mais um direito estruturado no objetivo de atender a diversidade cultural que permeia este espaço. O objetivo aqui é refletir sobre a relevância e os elementos necessários ao processo de formação docente para atuação na realidade da educação do campo.

**A formação, atuação docente e as políticas públicas para Educação do Campo**

 Na trajetória da construção do projeto por uma educação do campo, foi-se elaborando uma nova imagem, um novo conceito, mais amplo e complexo de educador, porque novo também é o ideário que está sendo construído a respeito da própria cultura, havendo, portanto, uma nova identidade de educador e escola. A dinâmica do campo muda com a modernidade. Com a chegada e apropriação das tecnologias de informação, a divisão entre espaço urbano e rural diminui e, a globalização, impõe um novo comportamento dos sujeitos e da sociedade, não sendo diferente no campo. Contudo, em muitos casos, a educação rural não foi incluída, nem recebeu as benesses dessa dita “modernidade”.

Neste contexto, segundo Neto (2009):

[...] A chamada “nova demanda por conhecimento” sob a égide do capital, visou e visa, portanto, à integração da agricultura ao modo de produção, reprodução e circulação do capital. É o tempo do campo “moderno”, do agronegócio, em que máquinas informatizadas tornam-se o símbolo imponente do capitalismo agrário. (NETO, 2009, p.27)

É certo que este modelo social e econômico exige mais do que o conhecimento elementar, o trabalhador precisa se adequar às exigências impostas pela modernização da agricultura, “[...] o discurso do agronegócio diz que o trabalhador necessita ser modernizado para acompanhar os novos tempos”. [...] (NETO, 2009, p.29). Porém, nem todos os agricultores se inserem nesta lógica. A maioria da população camponesa encontra-se refém de uma política de desenraizamento de sua cultura, de sua história, de seu ambiente.

 Diante desse contexto desafiador, cabe questionar: qual tem sido o papel da escola e dos educadores do campo? Como têm sido construídas as identidades dos educadores do campo? Como acontece sua formação, levando-se em conta a atuação em escolas com demandas diferentes das encontradas em escolas urbanas? Como as universidades, em suas licenciaturas e cursos de formação, pensam a preparação dos professores para atuação na educação do campo diante desse modelo de sociedade que privilegia o agronegócio? Qual o conceito e expectativas dos cursos de formação de professores sobre o rural e educação do campo? De que maneira os cursos de formação de professores podem, efetivamente, contribuir para o desenvolvimento crítico e emancipatório dos sujeitos do campo?

 Considerando tais questões, é evidente que a formação de professores para a educação do campo deve contemplar o aspecto social dos diferentes grupos que lutam pela sobrevivência no e do espaço rural. A perspectiva formativa deve contribuir para a transformação social, como um espaço de contradições e sínteses culturais protagonizadas por professores e alunos, onde estes assumam um papel de constante reflexão, onde o projeto pedagógico seja construído e implementado de forma compartilhada, encontrando-se e percebendo-se parte e produto de um processo que é histórico, social, cultural e político.

“Construir a educação do campo significa formar educadores do e a partir do povo que vive no campo como sujeitos destas políticas públicas que estamos ajudando a construir, e também do projeto educativo que já nos identifica. Como fazer isso, é uma das questões que deve continuar nos ocupando de modo especial.” (ARROYO, CALDART, MOLINA, 2004, p. )

 Educador é aquele que faz e pensa a formação humana, na escola, na família, na comunidade, no movimento social, na educação de crianças, jovens, adultos ou idosos, conhecendo a complexidade dos processos de aprendizagem e desenvolvimento do ser humano em suas diferentes demandas. Acredita que a comunidade camponesa tem um papel fundamental de promoção da cultura, na formação dos sujeitos e na organização político e social.

Sua tarefa também consiste em estimular a formação dos sujeitos, socializando o conhecimento, a discussão sobre a especificidade de sua docência para atuação no campo, compreendendo que este espaço possui uma dinâmica própria, com um sistema produtivo diverso e as peculiaridades da cultura e saberes das comunidades campesinas. Para Freire (1996):

[...] Uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir –se como ser social e histórico como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. Assumir-se como sujeito porque capaz de reconhecer-se como objeto. [...] (FREIRE, 1996, p. 41)

Assumir-se como educador do campo e construir estratégias para que os educandos possam ir se constituindo em suas peculiaridades em sujeitos do campo, implica em um processo de formação docente. Ao buscar a compreensão do termo “formação docente”, verifica-se que o verbo “formar”, epistemologicamente falando, é um termo polissêmico que, no decorrer da história teve diferentes significados. Conforme o dicionário de Português Online (2018), “formar”, significa dar ou tomar forma, estruturar-se, conceber...criar. Para Freire (1998), a formação se caracteriza como um fazer permanente que se refaz constantemente na ação, por meio da interação entre teoria e prática, o que é denominado pelo mesmo que práxis. Entendemos a partir disso que o termo está associado ao desenvolvimento pessoal e profissional dos sujeitos. Nesta trajetória de formação docente torna-se fundamental repensar as especificidades da Educação do Campo.

Da conceituação de “Educação do Campo” (proposta na Resolução CNE/CEB n.02, de 28/04/2008) o termo integra duas perspectivas: aquela da área de localização da população (as populações rurais) e aquela dos grupos, povos ou comunidades que se encontram identitariamente. Percebe-se que existe uma demarcação desse termo salientando aspectos de territórios e identidades. A nomenclatura “educação do campo” foi, portanto, construída e proclamada pelos Movimentos Sociais e adotada pelas instâncias governamentais e suas políticas públicas educacionais.

Os Movimentos Sociais começaram a reivindicar por Educação do/no Campo, conscientes de que “educação é direito nosso e dever do Estado”. Pressionam o poder público e conseguem destituir a ideia de que o homem do campo não precisa de escolarização, mostrando que as maiores taxas de analfabetismo estavam no campo e que era urgente e necessário rever essa concepção preconceituosa e oportunizar aos sujeitos do campo uma educação que leve em conta sua identidade, sua cultura, sua história.

Para construir a proposta de Educação do Campo, é necessário que a escola e seus educadores tenham consciência do tipo de homem e mulher do campo que se pretende “formar”. Pois, numa perspectiva de transformação social, esta deve contribuir para a formação de seres autônomos, militantes sociais, e não de sujeitos dóceis, conformados com estrutura social vigente, oferecendo assim, uma educação efetiva, emancipadora e não compensatória.

Das lutas pela Educação do Campo iniciadas nos anos 1980/1990, até a atualidade, verifica-se que a luta dos Movimentos Sociais foi essenciail para a construção de uma legislação que versa sobre temas e conquistas para a educação dos camponeses, reconhecendo e legitimando as lutas sociais e levando em consideração as suas especificidades, como as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Resolução CNE/CEB n.1/2002 e Resolução CNE/CEB n.2/2008).

Mais recentemente, o Governo Federal instituiu o Plano de Metas e Compromisso Todos pela Educação – programa estratégico do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), instituído pelo Decreto 6.094 de 24 de abril de 2007, cujo princípio é a descentralização da educação brasileira entre União, Distrito Federal, estados e municípios, possibilitando a estes desenvolver e implementar políticas voltadas para os vários níveis e modalidades da educação, inclusive a Educação do Campo. A aprovação do Decreto 6.755 de 20 de janeiro de 2009, instituiu a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica. Dentre os objetivos desta política, destaca-se o Art. 3. Inciso VII que apresenta a “ampliação das oportunidades de formação para o atendimento das políticas de educação especial, alfabetização de jovens e adultos, educação indígena, educação do campo e de populações em situação de risco e vulnerabilidade social.” (SCHEIB, 2010, p.)

 Todas as políticas educacionais obtidas por meio da luta da Educação do Campo, são de extrema relevância, a exemplo do Decreto 7.352/2010, assinado pelo presidente Lula, que elevou a Educação do Campo à condição de política de Estado, incluindo o ensino superior nessa modalidade de ensino. Em 2012, o governo federal criou o PRONACAMPO, um programa voltado à lógica do agronegócio, cujo objetivo é formar mão-de–obra na perspectiva desse mercado. Segundo Ribeiro (2012), é o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) que maior aderência possui com a gênese da educação do campo, revelando o protagonismo dos movimentos sociais. Sobre a formação docente o Decreto 7.352/2010 representa um avanço, uma vez que no seu Art. 5. Parágrafo 3. ressalta que:

As instituições de ensino superior deverão incorporar nos projetos pedagógicos de seus cursos de licenciatura os processos de interação entre o campo e a cidade e a organização dos espaços e tempo de formação, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação.

Tais avanços destacam-se por colocar em pauta elementos importantes para fortalecer a identidade camponesa por meio da formação de educadores com conhecimentos teóricos e metodológicos para serem implementados por meio da prática educativa. Na concepção de Vieira e Silva (2014):

[...] a educação, no âmbito do estado de direito, constitui-se em uma ação estratégica para a emancipação e a cidadania de todos os sujeitos que vivem ou trabalham no campo, e pode colaborar com a formação das crianças, jovens e adultos para o desenvolvimento sustentável regional e nacional. É possível considerar a riqueza de saberes que essa população rural produz nas suas experiências cotidianas, e que a agenda de trabalho para discutir e subsidiar a construção de uma política de educação no campo incorpore à diversidade cultural. (SILVA; SIVA JUNIOR 2014, p. 40)

No que tange à formação docente, observa-se que a conjuntura das políticas públicas educacionais de formação de professores dos anos de 1990, foi influenciada pelo ideário político ideológico neoliberal adotado pelo governo brasileiro, caracterizado pela hegemonia dos grupos dominantes, mas também em contrapartida, pela forte presença e articulação dos grupos e movimentos sociais, que resultou em ações propositivas no campo das políticas públicas para a educação que constituem direito social de todos e obrigação do Estado. O período agora denominado pós-golpe de 2016 tem apresentado grandes desafios para a Educação do Campo e, consequentemente, para a formação dos educadores por causa do avanço das políticas neoconservadoras.

**Os desafios atuais para a formação docente**

Pensar em uma educação no campo e para o campo implica elaborar um projeto político pedagógico direcionado para as particularidades e especificidades dos sujeitos do campo e, ao atendimento das necessidades relacionadas com a realidade do meio rural. Ao mesmo tempo, torna-se imprescindível repensar o papel do professor neste processo e, com ele, desencadear uma prática específica na inclusão e preservação da cultura e da identidade dos camponeses.

Quanto ao direito à educação, os povos do campo ainda têm ficado à margem. No entanto a legislação assegura os direitos e, ao mesmo tempo, preconiza como deve ser a formação dos professores, salientando que esta foi conquistada a partir das lutas dos educadores dos Movimentos Sociais do campo. Neste processo formativo, é imperativo compreender que “O campo é território de produção de vida; de produção de novas relações sociais; de novas relações entre os homens e a natureza; de novas articulações entre tipos de produção.” (ANTUNES-ROCHA, 2014, p. 28)

A formação inicial e continuada dos professores para atuação na Educação do Campo foi efetivada pelo PRONERA, no atendimento aos assentados e acampados em áreas de Reforma Agrária, através de Cursos de Pedagogia (Pedagogia da Terra – sob a concepção da Pedagogia da Alternância) e de licenciatura em Educação do Campo, ligada ao PROCAMPO. Porém, a sua oferta tem sido reduzida e pouco representativa nas opções entre as licenciaturas.

Nos cursos regulares de Pedagogia, poucas instituições ofertam a disciplina ‘Educação do Campo’, favorecendo um distanciamento e desinteresse ainda maior pela realidade social e educacional, saberes e culturas dos campesinos. Uma formação acadêmica que reproduza somente o modelo capitalista que contempla e reafirma o urbano como modelo de modernização e progresso, contribui para a perpetuação da marginalização e preconceito que os povos e as escolas do campo estão historicamente submetidos.

Acredita-se que a construção dialética do saber acadêmico está entrelaçada com a afirmação dos valores éticos políticos e culturais. Sua tessitura se efetiva na relação com os movimentos sociais. Souza Filho (2006) apresenta para a universidade a tarefa de ajudar na resolução dos principais problemas da sociedade, tais como, saúde, educação, violência e direitos humanos. A construção dessa “nação soberana”, mencionada pelo autor, não se efetiva fora do enfrentamento cotidiano com a diversidade de atores sociais que convivem em um determinado espaço sócio-político. Na luta diária, as contradições são evidenciadas. Neste ínterim, é fundamental a compreensão de que elas vão aflorar a cada instante.

 Sobre a formação do educador do campo, Antunes –Rocha (2009) expressa:

A realidade do campo exige um educador que tenha compromisso, condições teóricas e técnicas para desconstruir as práticas e ideais que forjara no meio e a escola rural. Nesse sentido, as necessidades presentes na escola do campo exigem um profissional com uma formação mais ampliada, mais abrangente, já que ele tem que dar conta de uma série de dimensões educativas presentes nessa realidade. (ANTUNES –ROCHA, 2009, p.395) não está nas referências

O processo de diálogo da teoria com a prática se efetiva através da diversidade de ações que a Educação do Campo proporciona. Evidencia-se, a cada momento, que existe vida no campo, que sua população tem história e não se trata de desenvolver uma educação redentora, que possa “fixar” o homem no campo. Esta ideia precisa ser reestruturada, pois o que podemos “fixar” são estacas e mourões, por exemplo, e não pessoas, pois elas possuem o livre arbítrio

**Considerações Finais**

 A formação docente direcionada aos professores do campo sempre foi alavancada pela ampla articulação dos movimentos sociais do campo e dos profissionais diretamente envolvidos com a educação básica e superior, os quais buscam garantir através de lutas coletivas, a implementação de políticas educacionais de formação e valorização dos profissionais que atuam no campo por meio das instituições formativas.

Por isso, da formação inicial e também continuada, depende o desenvolvimento profissional direcionado para a valorização da prática educativa, pensando e repensando os cursos de formação, instituídos em contextos distintos, de modo que venham a preparar professores que sejam capazes de desenvolver pedagogias contra – hegemônicas, percebendo que a educação, a escola e o professor entrelaçados com sua prática devem compreender a escola do campo como algo além daquilo que está previsto nas metas, fortalecendo os educandos campesinos para que sejam sujeitos críticos e transformadores da realidade.

Esse entendimento passa por uma desconstrução histórica, pois nos remete a possibilidade de elencarmos novos padrões de conhecimento, desvinculados de concepções arcaicas e que consigam vivenciar caminhos até então considerados impossíveis. A educação do campo pode ser um dos espaços de estabelecimentos de diálogo entre a universidade e a sociedade, podendo, a partir dessa relação, construir caminhos verdadeiramente emancipatórios.

Um aspecto importante nessa discussão diz respeito ao papel exercido pela educação. É fundamental entendermos a que tipo de educação nos referimos. Nesta abordagem, fala-se de um projeto educativo emancipatório, que contribui para a construção cidadã dos sujeitos sociais. Trata-se de uma educação em que as pessoas possam constituir-se em sujeitos históricos. Uma educação problematizadora (Freire,1989), que se relaciona com a própria realidade e ajuda na sua transformação.

**REFERÊNCIAS**

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma educação do campo**. 5. Ed. Petrópolis. Vozes 2011.

ARROYO, Miguel Gonzales. **Ofício Mestre: imagens e autoimagens**. Petrópolis. Vozes 2004.

ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel. Da Educação Rural à Educação do Campo: construindo caminhos. In: CARVALHO, Carlos Henrique; CASTRO, Magali (organizadores). **Educação rural e do campo**. (Série: Qual conhecimento? Qual educação?; vol. 2). Uberlândia: EDUFU, 2014.

BRASIL.  **Lei n.9394,** de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial [da] República federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 dez, 1996.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Lei n. 6.755/2009. Diário Oficial da União de 16/06/2009**. Dispõe sobre a Política nacional de Formação de Professores**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **Lei 13.005 de 2014.** Dispõe sobre o Plano Nacional de Educação.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Decreto n.7352, de 4 de novembro de 2010. **Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA**. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 5 nov.2010.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB n. 1, de 3 de abril de 2002.** **Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo**. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 9 abr. 2002.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Decreto n. 12.960.Diário Oficial da União de 27/03/2014**.** Altera a Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para fazer constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. RESOLUÇÃO n. 2/2008**.** Diário Oficial da União de 28 de abril de 2008**.** **Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo**.

FREIRE, Paulo**. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 9. Ed. São Paulo. Paz e Terra, 1998.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais**. 2ª ed. – São Paulo: Cortez, 2002.

NETO, Antônio Julio de Menezes. Formação de professores para a Educação do Campo: projetos sociais em disputa. In: ROCHA-ANTUNES, Maria Isabel; MARTINS, Aracy Alves. (organizadoras). **Educação do Campo: desafios para a formação de professores**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. (Coleção Caminhos da Educação do Campo; 1)

SCHEIBE, M. **Valorização e Formação dos professores para a educação básica: questões desafiadoras para um novo plano nacional de educação. Educação e Sociedade**. v.31, n. 112, p.981 – 1000.210. Disponível em <http://cedes.unicamp.br>. Acesso em

SILVA, Maria Vieira; SILVA JUNIOR, Astrogildo Fernandes. Políticas educacionais para a Educação do Campo: perspectivas curriculares em debate. In: CARVALHO, Carlos Henrique; CASTRO, Magali (organizadores). **Educação rural e do campo**. (Série: Qual conhecimento? Qual educação?; vol. 2). Uberlândia: EDUFU, 2014.

SOUZA FILHO, Alipio de. O ideal de universidade e sua missão. In: MOLL, Jaqueline; SAVEGNANI, Palmira (Orgs.). **Universidade e mundo do trabalho.** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. (Coleção Educacional Superior em Debate).